



PROJETO

Escola Viva

**Garantindo acesso e permanência
de todos os alunos na escola**

**Necessidades educacionais
especiais dos alunos**

**Construindo a
Escola Inclusiva**

4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



**Garantindo acesso e permanência
de todos os alunos na escola**

**Necessidades educacionais
especiais dos alunos**

4

Construindo a escola inclusiva

Brasília 2005

FICHA TÉCNICA

Departamento de Políticas de Educação Especial:
Cláudia Maffini Griboski

Coordenação de Articulação da Política de Inclusão:
Denise de Oliveira Alves

Coordenação:
SORRI-BRASIL

Elaboração:
Maria Salete Fábio Aranha

Revisão técnica:
Francisca Roseneide Furtado do Monte e Denise de Oliveira Alves

Atualização:
Equipe técnica da SEESP

Projeto gráfico, revisão e copidesque:
Alexandre Ferreira

2ª edição - 2005
Tiragem: 1.200 exemplares

Autorizada reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Aranha, Maria Salete Fábio

Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

5 v. : il. color.

Publicado em 5 v.: Iniciando nossa conversa; v. 1 - Visão histórica; v.2: Deficiência no contexto escolar; v.3: Sensibilização e convivência; v. 4: Construindo a escola inclusiva.

1. Inclusão educacional. 2. Escola inclusiva. 3. Serviço educacional especializado. 4. Aluno com necessidades especiais. 5. Atendimento especializado. I. Brasil. Secretaria de Educação Especial. II. Título.

CDU: 37.014.53:376

Sumário

A retrospectiva da educação no Brasil	5
• A Declaração de Salamanca e o Programa Educação para Todos	7
• Cada pessoa tem características que são somente suas e que, na verdade, as diferenciam das demais	10
Desfazendo alguns mitos sobre a deficiência	12
Expandindo o processo de construção de um sistema educacional inclusivo	15
A importância do planejamento estratégico	16
Sistemas de apoio e intersectorização	17
E a educação especial, como fica?	19
Referências bibliográficas	20

A retrospectiva da educação no Brasil

Prezado Professor,

Aqui estamos, novamente, para fazer uma breve retrospectiva da Educação no Brasil, da época colonial até a década de 90, momento que testemunhou o início dos movimentos internacionais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, na busca da garantia do acesso de todos à escola, respeitando-se as peculiaridades de cada um.

Como já vimos na Cartilha 1, a história das relações, na área educacional, entre a sociedade brasileira e o segmento populacional constituído pelas pessoas com deficiência vem se modificando no decorrer do tempo, com maiores ganhos objetivos observados na última década.

Revisando, há que se lembrar que a educação pública neste País é relativamente jovem, não tendo completado sequer 80 anos! No período do **Brasil colônia**, a educação se restringia ao ensino religioso, sob a responsabilidade dos padres jesuítas, processo e situação que durou até o século XVIII, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do País.

A **primeira Constituição brasileira**, promulgada no início do século XIX (**1824**), foi o primeiro documento oficial a manifestar o **interesse do País pela educação de todos os cidadãos**, ao estabelecer a gratuidade da instrução primária. Entretanto, ela não explicitou de quem seria a responsabilidade pelo sistema e pelo processo educacional, eximindo o po-

der público desse compromisso. É importante também lembrar que, como bem o aponta Kassar (1999), **quando o texto dizia “todos os cidadãos”, certamente não incluía a massa de trabalhadores, constituída, em sua maioria, de escravos.** Assim, o texto constitucional que aparentemente se comprometia com os brasileiros, na verdade se referia somente a uma pequena minoria, representada pela elite sociopolítica no País.

A partir de 1961, os textos legislativos tornaram-se gradativamente mais explícitos, especificamente no que se refere à **educação das pessoas com deficiência.** De maneira geral, os dispositivos legais se referem à educação desse segmento populacional **como um direito** a ser usufruído, **quando possível, no sistema regular** de ensino. Apesar desses dizeres, entretanto, manteve-se sempre uma tentativa de conciliação entre as forças antagônicas que têm caracterizado o debate social sobre esse assunto ao garantir **apoio financeiro** também **às entidades privadas, incentivando o encaminhamento e a permanência de pessoas com deficiência em escolas e classes especiais, segregadas, sob o argumento do benefício da especialidade.**

No decorrer da década de 70, o **Paradigma da Institucionalização**, vigente no País desde o período imperial, **começou a dividir o espaço com um novo conjunto de idéias.** Nesse ponto da caminhada, o País, sob influências provenientes de diferentes direções (vide Cartilha 1), passou a assumir:

1. o princípio da normalização como critério norteador da avaliação social, e

2. o Paradigma de Serviços como modelo de atenção à pessoa portadora de deficiência, na área educacional.

Assim, recomendava a **prestação de serviços** educacionais técnicos, especializados, com o objetivo de **promover a adaptação da pessoa ao seu meio social**.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E O PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA TODOS

A **década de 80** manteve essa tendência, que começou novamente a se modificar nos **anos 90**, especialmente após a **Conferência Mundial de Educação para Todos**, ocorrida em Jomtien (Tailândia, 1990), secundada e fortalecida no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, pela **Declaração de Salamanca**, 1994.

O **Programa Educação para Todos** trata da garantia, para todos os cidadãos, do acesso à escolaridade, ao saber culturalmente construído, ao processo de produção e de difusão do conhecimento e, principalmente, à sua utilização na vivência da cidadania. O cumprimento de tais objetivos requer a existência de sistemas educacionais planejados e organizados para dar conta da diversidade dos alunos, de forma a poder oferecer, **a cada um**, respostas pedagógicas adequadas às suas peculiaridades individuais, às suas características e necessidades específicas. A **Declaração de Salamanca**, por sua vez, traz as recomendações referentes aos princípios, à política e à prática de reconhecimento e atenção às necessidades educacionais especiais.

Ao concordar com as recomendações contidas nesses dois importantes documentos, e ao fazer delas seu compromisso, **o Brasil sinalizou que estava pronto para promover novo avanço na relação com seus cidadãos com deficiência.**

Os pressupostos que fundamentaram essa atitude foram de natureza filosófica, ética, política e social, e encontram-se abaixo explicitados:

- todos somos diferentes uns dos outros, o que vem a ser o aspecto central da diversidade que constitui qualquer sociedade;
- não há diferença que faça de uma pessoa um cidadão de menor valia: todos são iguais perante a lei;
- a pessoa com deficiência é cidadã como qualquer outra pessoa e, como tal, tem o direito de receber os serviços de que necessita, sem que, para tanto, necessite permanecer segregada;
- assim, tem imediatamente o direito ao acesso e à permanência no ambiente comum, independentemente do tipo de deficiência que tiver e de seu grau de comprometimento;
- para que isso aconteça, a sociedade tem de se reajustar de forma a se tornar acolhedora para todos;
- isso deverá acontecer em cada comunidade, em todos os níveis de ação pública, em todos os ambientes, em todas as instâncias.

O compromisso prático resultante da opção pela adoção desses princípios foi determinar que **cada instância da atenção pública:**

- **identificasse a situação da pessoa com deficiência;**
- **tomasse as providências necessárias para garantir o acesso imediato e a participação da pessoa com deficiência nos serviços e recursos disponíveis em cada área da atenção pública;**
- **tornasse disponíveis os suportes que se mostrem necessários para favorecer esse acesso e participação;**
- **promovesse a capacitação de recursos humanos para administrar a atenção pública em uma comunidade inclusiva;**
- **favorecesse a conscientização dos cidadãos, de maneira geral, quanto à responsabilidade de cada um no processo de construção de uma sociedade inclusiva.**

Tais providências se constituíram nos primeiros passos para a implementação de **ações objetivas e afirmativas** no sentido de **ajustar/adequar a sociedade, nas várias instâncias da atenção e da ação públicas, de forma que ela se torne acolhedora para todos.**



Tal procedimento, portanto, se faz essencial **para garantir que a pessoa com necessidades especiais possa acessar e participar, imediata e definitivamente, do espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência que apresente, de seu grau de comprometimento.**

Na área da Educação, isso implica **que se providencie e implemente todos os ajustes que se fizerem necessários** para garantir que os alunos com necessidades educacionais especiais possam se matricular, freqüentar e participar da escola regular, em todos os seus níveis e modalidades, compartilhando do cotidiano da vida comunitária.

- Mas então o aluno com deficiência não mais precisa do ensino especial?
- Ele deverá então ficar na sala regular, sem atendimento especializado?
- Mas assim ele não será prejudicado?

Estas são perguntas importantes, principalmente porque têm circulado no meio educacional, sendo fonte de preocupação e de angústia para muitos professores e dirigentes educacionais!

Vejamos... sabemos que todos somos diferentes uns dos outros, não é verdade? Nem todos somos morenos, ou loiros, temos pele amarela, ou pele vermelha, somos de cor branca, ou de cor negra, temos cabelos lisos, ou cabelos enrolados, e assim por diante...

CADA PESSOA TEM CARACTERÍSTICAS QUE SÃO SOMENTE SUAS E QUE, NA VERDADE, AS DIFERENCIAM DAS DEMAIS.

O mesmo acontece com nosso funcionamento mental. Algumas pessoas aprendem melhor por via visual, ou seja,

lendo textos, assistindo cenas; outras aprendem melhor por via auditiva, ou seja, ouvindo o professor, ou lendo em voz alta; algumas pessoas compreendem melhor um fato ou um fenômeno qualquer se puderem lidar com ele concretamente; outras pessoas já têm facilidade para compreender o mesmo fenômeno, ainda que dele se trate abstratamente, ou seja, no nível da imaginação, da elaboração de idéias.



Nem todos seguem o mesmo raciocínio para resolver um problema! Certa vez, uma professora pediu a alunos surdos, não oralizados, que resolvessem o problema

de construir uma escada utilizando um programa de computador. Foi interessante observar que nem todos seguiram o mesmo raciocínio. Cada aluno seguiu passos diferentes para chegar à mesma solução para o problema proposto: um iniciou pelo degrau inferior, tendo construído a escada de baixo para cima (um traço horizontal para a direita, um vertical para cima, outro horizontal para a direita, outro vertical para cima, e assim por diante...). Outro aluno seguiu outro procedimento para solucionar o problema de construir a escada: fez vários traços horizontais, localizando cada um, pouco acima e à direita do outro, e depois, ligou esses traços entre si, com traços verticais.

Bem sabemos o quanto nossos alunos são diferentes uns dos outros. Sabemos que cada um traz os conhecimentos já apreendidos, sabemos a que tipo de estratégia pedagógica cada um reage melhor, sabemos quais de nossos alunos aprendem melhor quando trabalham em grupo, ou em dupla,

e quais trabalham melhor em atividades individualizadas. Sabemos de que tipo de conteúdo cada um gosta mais, bem como para que disciplina ou conteúdo cada um não mostra interesse... Sabemos quando alguém está particularmente triste, sofrido, alegre, feliz... Enfim, cada um de nós foi aprendendo, no decorrer do cotidiano de nossa profissão, a conhecer e a reconhecer cada um de nossos alunos.

Sabemos ainda que há aqueles alunos que temos dificuldade para ensinar. Lutamos na busca de um jeito de ensiná-los produtivamente, de ajudá-los a apreender o conteúdo que estamos trabalhando, de motivá-los para a situação de aprendizagem..

Mas... continuamos sempre tentando, não é mesmo? Às vezes acertamos e conseguimos sucesso, às vezes, não... Às vezes mantemos nossa calma, às vezes a perdemos..., mas em geral estamos sempre tentando e buscando descobrir aquele jeitinho de ajudar cada um a aprender.

É assim mesmo! Cada um de nossos alunos tem sua história de vida, sua história de aprendizagem, suas características pessoais e suas necessidades específicas! E como ficamos nós, para responder a essa diversidade?

Desfazendo alguns mitos sobre a deficiência

Primeiramente, temos que enfrentar alguns dos mitos que foram sendo criados em nossa história político-educacional:

- o surdo é agressivo e atrapalha o andamento da aula;
- o deficiente mental não aprende e atrapalha o andamento da aula;
- o deficiente mental é chato, pegajoso, não respeita limites;
- o cego é meio “por fora” e “molão”, de forma que nem aproveita muito das aulas;
- a criança que tem paralisia cerebral é perigosa, agressiva, não dá para conviver com outras crianças;
- a criança que tem paralisia cerebral é retardada, nunca vai aproveitar nada do ensino em uma classe regular;
- as crianças com deficiência têm inúmeros problemas de comportamento;
- as crianças com deficiência têm problemas e necessitam de cuidados que só os educadores especiais são capazes de dar;
- as crianças com deficiência são dependentes e incapazes de fazer qualquer coisa sozinhas.



Ora, vamos imaginar uma situação em que você não escutasse, não se comunicasse verbalmente e ninguém conhecesse os gestos ou sinais com os quais você estivesse acostumado a se comunicar em casa, em sua família, ou em sua sala de aula, como você se sentiria? Seria muito difícil, não é verdade?

Além disso, se cada vez que você estivesse tentando se comunicar, as pessoas olhassem para você com estranheza ou mesmo fugissem de você (porque você está emitindo sons sem sentido, altos, que você mesmo não escuta), como seria?

Bem, as cenas acima descritas não seriam reais para **todos** os surdos, porque:

- há surdos que aprenderam a leitura labial;
- há os que estão oralizados (falam);
- há os que se utilizam da língua brasileira de sinais para se comunicar;
- há os que emitem sons estridentes;
- há os mais tímidos, que se fecham em seu silêncio;
- há os que são mais agitados, bem como os mais tranquilos;
- há os que já foram alfabetizados e os ainda não alfabetizados.

O que poderiam ter em comum, no que se refere às necessidades educacionais que apresentam?

1. Bem, **todos** se beneficiariam da aprendizagem da língua brasileira de sinais, bem como da disponibilidade dessa via de comunicação em sua escolaridade. Essa seria uma **necessidade educacional especial**, determinada pela presença de uma deficiência, no caso, a auditiva.

2. No mais, cada aluno, **como qualquer outro aluno**, terá suas **necessidades educacionais específicas**, que devem ser consideradas pelo professor!

Da mesma forma, o aluno com deficiência mental... Não é verdade que ele não aprende! **Enquanto for oferecida a oportunidade, ele aprenderá. Há que se elaborar um plano de ensino que atenda a diversidade de todos os alunos, inclusive os que apresentam dificuldades cognitivas, seja associada à deficiência mental ou não.**

É verdade que alguns encontrarão mais dificuldade em lidar com abstrações. Outros, no armazenamento de informações já apreendidas (memória). E ainda, os que necessitarão de um acompanhamento mais individualizado que outros alunos. Mas também é verdade que muitos têm uma memória fabulosa! Que outros têm uma habilidade marcante para determinadas atividades ou tarefas. Além disso, tudo o que se expôs acima seria **realmente** característica **exclusiva** do aluno portador de deficiência? **Bem o sabemos que não...**

Veja, os alunos surdos não são todos iguais! Nem têm as mesmas necessidades educacionais! Da mesma forma, os alunos cegos, os que têm baixa visão, os alunos com deficiência mental, os que têm altas habilidades, os com deficiência física, etc.

Há necessidades que são **mais comuns** em pessoas que têm **algum** tipo de deficiência, mas que não são restritas a esses alunos!

Expandindo o processo de construção de um sistema educacional inclusivo

A municipalização, processo de descentralização político-administrativa em implantação no país desde 1988, veio, segundo Aranha (2000), *“aproximar dos cidadãos a instância decisória responsável pela definição dos rumos a imprimir à vida na comunidade. Aproximou, também, o controle social sobre a execução das direções escolhidas e das decisões*

tomadas pela comunidade... Nesse contexto, passou a ser necessário que cada Município se organizasse para:

1. identificar o perfil de seu alunado;
2. identificar o conjunto das necessidades educacionais especiais nele presentes;
3. *desenvolver estudos-pilotos que possam resultar em conhecimento acerca de que práticas e procedimentos melhor atenderão às suas peculiaridades, necessidades e possibilidades;*
4. desenvolver um projeto pedagógico consistente com os dados acima mencionados, delineados a atender e a acolher a todos no sistema educacional.

*Seria irrealista pensar que se pode construir um sistema educacional inclusivo do dia para a noite, em função de decisões tomadas administrativamente. Mas **a instância político-administrativa pode coordenar o processo de diagnóstico das necessidades da realidade municipal, o qual deve, por sua vez, nortear a elaboração de Plano que contenha objetivos a serem alcançados a curto, médio e longo prazos, na direção da implementação de um sistema inclusivo, de forma gradativa e fundamentada técnico-cientificamente***”.

A importância do planejamento estratégico

Nenhum processo ou projeto pode ser bem-sucedido, se não for calcado em:



- estudo crítico cuidadoso sobre a realidade no qual ele estará inserido (necessidades, desejos, objetivos, metas, problemas existentes, desvantagens, vantagens, fatores favoráveis, etc.)
- identificação de procedimentos que resolvam os problemas e aumentem os fatores que contribuam para o alcance de seus objetivos e metas;
- elaboração de cronograma realista e viável de implementação do processo;
- caracterização do sistema e dos procedimentos de suporte que serão necessários para garantir o sucesso do processo;
- elaboração e planejamento do sistema de avaliação do programa que permita acompanhar continuamente o cotidiano de sua implementação, permitindo também identificar as intervenções que se mostrem necessárias para garantir seu sucesso, materializado no alcance dos objetivos.

Sistemas de apoio e intersectorização

Como já sabemos, a construção de um sistema educacional inclusivo é, na realidade, um processo fundamental para a transformação de nossa sociedade em um organismo mais respeitoso, justo e digno, **interesse e responsabilidade de todos e de cada um de nós.**

Em assim sendo, há que se poder contar com a participação de todas as instâncias da sociedade, em particular as áreas de atenção e de ação públicas.

A **intersetorialidade**, ou seja, a **cooperação entre as áreas** da Educação, da Saúde, da Previdência e Assistência Social, de Equipamentos e Transportes Urbanos, do Trabalho, do Lazer, do Esporte e da Cultura, do Planejamento é **essencial** para viabilizar esse processo.



Cada uma delas tem valiosa contribuição a dar. O aluno com necessidades educacionais especiais relacionadas ou não à deficiência precisa ter garantida a regularidade de sua alimentação diária; precisa ser acompanhado com regularidade pelo sistema de saúde, na

prevenção de doenças, na promoção da saúde e no atendimento imediato, quando porventura sofrer uma intercorrência

qualquer; precisa ter assegurado um meio público de transporte que lhe possibilite chegar até a escola; precisa receber educação profissional; precisa ter garantido o acesso aos equipamentos com os quais se promovem as atividades culturais, de esporte e de lazer na comunidade; alguns precisam que os textos escolares sejam transcritos para o Braille; outros necessitam de algum recurso ou equipamento especial para escrever, ou para fixar o papel na carteira, para se comunicar (caderno de signos, por exemplo) ou para se locomover, enfim, para permanecer no ambiente escolar e **dele efetivamente participar**.

Cada Município deve explicitar claramente o seu compromisso político com a construção de um sistema educacional inclusivo, contando, em seu **planejamento político-administrativo**, com ações e providências que favoreçam a intersectorialidade na atenção à população escolar.

E a educação, como fica?

Veja, professor, ensinar é uma tarefa que envolve, como já o dissemos anteriormente, vários fatores:

1. conhecimento acerca de como se dá a aprendizagem;
2. domínio do conhecimento a ser socializado;
3. competência técnico-pedagógica;
4. planejamento pedagógico;
5. competência para ajustar o ensino a partir das especificidades e necessidades educacionais de seus alunos;

Essas são funções inerentes à profissão de educador, de maneira geral.

Aos professores, por sua vez, cabe atuar, em cooperação, compartilhando o conhecimento de que dispõem, para responder e atender às necessidades educacionais de **todos** os alunos, inclusive às dos alunos com deficiência, garantindo-lhes o acesso e permanência nos sistemas de ensino.

Referências bibliográficas

Aranha, M.S.F. *Inclusão Social e Municipalização*. Em Manzini, E. (org.) Educação Especial: temas atuais. Marília: UNESP-Marília, 2000.

Brasil. *EFA 2000, Avaliação do ano 2000 - Informe Nacional*. Brasília: INEP O Instituto, 2000.

Brasil. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

Kassar, M.C.M. *Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos*. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.



Secretaria
de Educação
Especial

Ministério
da Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Especial
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 6º andar
CEP 70047-901 - Brasília - DF
www.mec.gov.br/seesp